

Z O D



Tragédia nos transportes públicos

Há anos Santa Teresa – cartão postal do Rio Antigo – apela, exige e faz ecoar sua voz, até em cenários internacionais, denunciando o abandono dos transportes públicos no bairro histórico, em especial dos bondes. Mais do que a dor de um bairro e de uma cidade, o símbolo de um bonde que chora retrata hoje a dor de uma nação que sucateou o seu sistema ferroviário. A dor de um país literalmente fora dos trilhos.

PÁGINAS 4 e 5

80 ANOS DE HISTÓRIA

SENGE-RJ
recebe medalha
Pedro Ernesto

PÁGINA 3

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Luta permanente
por direitos
conquistados

PÁGINA 6

**DIA 8
DE NOVEMBRO**

**NÃO DEIXE DE
VOTAR!
CONFEA/CREAs**

ENCARTE

Os movimentos contra a corrupção

Aos poucos, setores importantes da sociedade começam a se mobilizar e tomar consciência de que a luta contra a corrupção somente chegará a um bom termo com uma ampla mobilização social. Historicamente, as classes dominantes brasileiras sempre fizeram uso do dinheiro público para seus negócios privados e, sempre que podem, seu lema é: "socialização dos prejuízos e privatização dos lucros". Daí decorre que a corrupção tem um caráter eminentemente político.

Nos últimos anos, as classes dominantes foram ficando cada vez mais desavergonhadas, os anos de ideologia neoliberal foram criando uma justificativa política para a promiscuidade entre o público e o privado e a consagração dessa política teve sua materialização nos processos de privatização onde uma parte importante do patrimônio público foi transferido para setores empresariais ligados ao governo de então.

Por uma característica particular do sistema político brasileiro, principalmente no que diz respeito aos processos eleitorais, baseados no marketing e na propaganda nos veículos de comunicação de massa, como televisão e rádio, os mesmos foram demandando somas cada vez maiores e inimagináveis de recursos. Para se tornarem competitivos os partidos políticos foram aderindo a este sistema e criando formas nem sempre recomendáveis de obter esses recursos. Como uma consequência as alianças partidárias foram se subordinando a essa lógica de simplesmente aumentar os tempos de propaganda na grande mídia e foram abandonando as alianças programáticas.

Somente uma força política que não se nutra deste sistema poderá romper com suas amarras. E este é o papel que um amplo movimento da sociedade como o das "diretas já", ou outros, colocará a corrupção em segundo plano e não mais o protagonista principal da política brasileira.

O MST está bem vivo

■ SÉRGIO BARBOSA DE ALMEIDA

A revista Isto É de 19 de setembro de 2011 anuncia, em matéria de capa, a morte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e denuncia o "oportunismo" dos seus dirigentes "remanescentes". Afirmativas falsas. Mas como explicar o esforço permanente da "grande mídia" para desqualificar o Movimento?

"Diferentemente do divulgado pelos jornalões e redes de TV, o MST não "invade terras". O Movimento seleciona terras que não cumprem a finalidade social preconizada pela Constituição do Brasil, para serem ocupadas por trabalhadores organizados, dando início imediato à produção

de alimentos. Ocupar, Resistir, Produzir é o seu lema. Às vezes, entre a primeira e a terceira ações, são obrigados a recuar, frente a mandados judiciais expedidos com rapidez e aplicação de violência policial. Alguns pagam com a vida a decisão de lutar por um pedaço de terra. Contam-se nos dedos as punições aos culpados pelas mortes. Os mandados frequentemente cobram a "devolução" de terras griladas por grandes empresas, como é o caso da Cutrale, maior produtora de suco de laranja do Brasil. A violência está democraticamente presente onde há pobreza e exclusão social.

"No país onde a Reforma Agrária não "decola", a morte do MST seria talvez digna de um aviso fúnebre, jamais capa de revistas, mesmo que decadentes. Além das ocupações de terras sub ou não utilizadas, assusta os conservadores o fato de o MST lutar por crédito para pequenos e médios agricultores – de onde provém esmagadora parcela do alimento que chega às nossas mesas – e criticar duramente a monocultura nas grandes fazendas, cujos produtos são basicamente exportados, à custa da expulsão de trabalhadores para as grandes cidades, da utilização intensiva de pesticidas, da "seleção" de sementes híbridas, sempre no sentido da concentração de riqueza nas mãos de poucos proprietários rurais.

"O Movimento também trabalha em prol da formação

de jovens trabalhadores rurais, cuja única perspectiva de progredir econômica, social e culturalmente é a de acreditar no Brasil e trabalhar na sua terra. Não por acaso, o MST é um dos principais apoiadores da Escola Nacional Florestan Fernandes, construída em Guararema/SP por mais de 1000 trabalhadores rurais e colaboradores de todo o Brasil. De 2005 a 2010, passaram pela escola 16 mil integrantes de movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da África. Ousadia inaceitável aos olhos dos barões da mídia e dos ricalhaços. Como se não bastasse, o MST tem sido parceiro ativo de lutas travadas por outras organizações sociais, que se opuseram em passado recente, por exemplo, às privatizações de empresas

estatais e à adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Tivessem sido "bem sucedidas" essas iniciativas, estaríamos de mãos atadas, vítimas dos especuladores responsáveis pela planetária crise econômica atual. Não se contentam em reivindicar terra e fazem política!, blasfema o "topo da pirâmide" do país, reativo aos que lutam por um modelo de sociedade justo. Vida longa para estes, dizem.

"Destacam-se outras ações no cotidiano do MST: a produção e distribuição de sementes "crioulas" (esforço oposto ao das multinacionais, ansiosas por reduzi-las a algumas poucas, híbridas e "patenteadas"!); a luta pela democratização da informação – apoiando o jornal Brasil de Fato e editando a revista Sem Terra –; a ocupação de órgãos públicos – único meio de superar a resistência permanentemente do latifúndio contemporâneo, sempre bem representado nos gabinetes oficiais – como tática para efetivar políticas públicas em prol de pequenos e médios agricultores.

Garantida a democratização da propriedade da terra, o uso de sementes diversificadas, práticas agrícolas biológicas e voltadas para abastecer nossa mesa com bons alimentos, o MST perderá razão de existir e aí, sim, iremos todos comemorar.

■ Sérgio Barbosa de Almeida, ex-presidente do SENGE-RJ, de 1995 a 2001

A VIOLÊNCIA ESTÁ
DEMOCRATICAMENTE
PRESENTE ONDE HÁ
POBREZA E EXCLUSÃO
SOCIAL



— Senge-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Jornalista responsável:
Tania Coelho (MT 16.903)
Redação: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 7.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

OITO DÉCADAS: VALEU A PENA!

Adriana Medeiros



Após entregar a Olimpio dos Santos, presidente do SENGE-RJ, a medalha Pedro Ernesto, maior homenagem da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, o vereador Eliomar Coelho faz a entrega do diploma à Diretoria Colegiada na festa de 80 anos de história

Adriana Medeiros

Adriana Medeiros

Claudionor Santana

“Valerá sempre a pena ter um ideal e lutar por ele”

OLÍMPIO DOS SANTOS,
presidente



Clovis Nascimento, Virgínia Brandão e Jorge Bittar

Adriana Medeiros



Olimpio e o homenageado Nelson Ebecken

Adriana Medeiros



Carlos Cruz e a homenagem ao Presidente da Ligth Jerson Kelman

Adriana Medeiros

Com as palavras repletas de emoção, história, política e alegria, o presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos, abriu a festa de 80 anos do sindicato, realizado no centenário salão do Clube Ginástico Português, dia 22 de setembro último. Olimpio lembrou que na mesma data no ano de 1931 se iniciava “uma nova fase no país. Havia caído o governo de Washington Luis e assumido o governo provisório de Getúlio Vargas. Eram outros tempos. Os jovens e senhores que fundaram o Sindicato estavam envolvidos com o movimento que derrubou o governo oligárquico de Washington Luis. Essa é a nossa história, pequena história de muitas lutas, muitas vitórias e também inúmeras derrotas. Se alguém me perguntar se valeu a pena eu digo que valeu e valerá sempre ter um ideal e lutar por ele”.

Entre as muitas homenagens, a entrega da Medalha Pedro Ernesto ao SENGE-RJ, pela Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, merece destaque. “É a maior comenda da cidade”, afirmou o engenheiro, vereador e ex-Diretor do SENGE-RJ, Eliomar Coelho. O vereador participou intensamente da construção do sindicato, especialmente nos tempos da resistência e combate à ditadura militar.



Deputado federal Chico Alencar e estadual Marcelo Freixo



Jorge Antonio, Paulo Gonçalves, Diretor da Eletronuclear e Gunter Angelkorte

Adriana Medeiros



Deputado federal Alessandro Molon e estadual Inês Pandeló

Claudionor Santana



Agamenon Oliveira e Aquilino Senra (COPPE)



Clube Ginástico Português em noite histórica

As personalidades homenageadas por razões gravadas em placas de prata foram: Luiz Inácio Lula da Silva “que deu ao mundo lições de igualdade e Justiça Social”; Nelson Ebecken, que “mudou os paradigmas no processo de exploração de petróleo”; Jorge Bittar e Eliomar Coelho por suas “ações transformadoras em prol da engenharia e dos interesses nacionais”; Almino Afonso, autor da Lei do Salário Mínimo Profissional “que fez da advocacia

O empenho e a dedicação de Pamela, Sheila e Vanessa: garantias de sucesso



Adriana Medeiros

uma arma em defesa da vida, do bem comum e do trabalho”; Benjamin Ernani Diaz, “excelência e referência na área de cálculo estrutural” e Oscar Niemeyer, “personagem ímpar, sempre à frente do seu tempo”. A COPPE/UFRJ, como instituição, foi homenageada por sua capacidade de fazer frutificar “lideranças que vão desenhar os novos horizontes da engenharia”. *Post Mortem* foram homenageados Paulo Melo e Heitor Pereira, com brilhantes gestões, respectivamente, à frente do SENGE-RJ e da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET).

Comandando a festa, como apresentadores, os diretores do SENGE, Jorge Antonio e Virgínia Brandão, na hora do parabéns decidiram quebrar paradigmas. Eles acompanharam a tradição de quilombolas e tribos indígenas do alto do Rio Trombetas, que em suas festas recebem os convidados cantando parabéns e a comemoração acontece com a casa cheia e com “a energia dos que acabaram de chegar e não pensam em ir embora tão cedo”.

O evento recebeu o apoio da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – Fisenge, representada por seu presidente Carlos Bittencourt e dos onze sindicatos filiados. Contou ainda com o apoio da Eletronuclear, Furnas, Caixa e Light, homenageadas “pela capacidade de celebrar a memória e a história de engenheiros e engenheiras nos movimentos sociais”.

Era uma vez...



O grave acidente com o bonde de Santa Teresa, ocorrido no final de agosto, que deixou seis mortos e 56 feridos, ainda carece de respostas. O JE buscou informações para esclarecer o descaso no transporte público do estado do Rio de Janeiro. Segundo o engenheiro mecânico e diretor do SENGE-RJ, Jorge Saraiva, esse sistema encontra-se em péssimas condições, devido à falta de atenção por parte dos governantes.

“Acidentes graves como o do bonde de Santa Teresa poderiam ter acontecido com qualquer meio de transporte do Rio, ferroviário, metroviário, hidroviário e em maior proporção”, afirma Saraiva. O comportamento da secretaria estadual de transportes tem sido de defesa intransigente aos transportes sob concessão (metrô, trens e barcas), mesmo que as empresas prestem um péssimo serviço. Além disso, o governo promove o sucateamento e a demissão dos trabalhadores nos serviços operados pelo próprio estado (bonde de Santa Teresa e trecho ferroviário de Guapimirim – Saracuruna). O SENGE-RJ já havia apresentado denúncias ao Ministério Público a respeito da falta de segurança no sistema de ferroviário de responsabilidade do estado.

Após o acidente envolvendo o bonde, em 27 de agosto, o Instituto de Criminalística Carlos Éboli apresentou um laudo que apura as causas da tragédia. Segundo Saraiva o documento conclui que devido “a falta de manutenção adequada e as condições em que o bonde se encontrava, não havia segurança para a circulação”.

Acidentes anunciados

Jorge Saraiva diz ainda que os argumentos do governo sobre a superlotação dos carros não condizem com a verdade, uma vez que o sistema dos

“Acidentes graves como o do bonde de Santa Teresa demonstram o descaso com os transportes do Rio”, diz diretor do SENGE-RJ

bondes é dimensionado para suportar uma carga bem acima da capacidade nominal. Quanto à suposta batida com um ônibus, outra argumentação dos gestores, Saraiva também questiona. “O máximo que poderia ter sido afetado seria a lateral do bonde, sem comprometer a frenagem do veículo que é toda sobre o estrado do trem. E o governo ainda disfarça dizendo que a culpa seria do motorneiro”.

“Como num passe de mágica, após o acidente, vai uma caravana para Portugal avaliar os bondes de Lisboa. Seis anos atrás, três engenheiros da

Central já tinham feito essa viagem. Eles apresentaram um relatório e sugestões para os bondes de Santa Teresa, mas nenhuma providência foi tomada”, disse Saraiva.

Segundo a presidente da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Elzbieta Mitkiewicz, os bondes de Santa Teresa estão deixados de lado há muito tempo. Prova disso são os desmanches e o sucateamento dos equipamentos por parte da empresa T-Trans, responsável pela dita modernização dos veículos, que acarretou na tentativa de transformação dos bondes em Veículos Leves Sobre Trilhos (VLTs). “Então, infelizmente quando aparece recurso para o bonde, o mesmo é destinado da pior forma possível, como foi o caso dessa suposta modernização”.

Promessas de melhoria questionadas

Saraiva diz ainda que “os R\$14 milhões destinados para concluir a modernização foram investidos em um serviço que não se mostrou confiável”. Ele lembra que já ocorreram outros acidentes envolvendo trabalhadores e até a morte de uma passageira.

Conforme indagou o diretor do SENGE-RJ, “se o sistema de bondes precisava de uma paralisação, como se justifica o recebimento e o pagamento de sete novos trens supostamente modernizados recentemente? Quem atestou que os bondes estariam em boas condições? Como terminam de pagar e falam agora que os veículos não têm condições? Alguém está errado”.

“ É uma afronta à engenharia nacional ir à Europa buscar soluções para o sistema de bondes.

“ O Projeto Central propõe melhoria no transporte ferroviário no estado do Rio a partir da circulação de VLT's.

Seminário técnico na Amast propõe revitalizar bondes e manter patrimônio de Santa Teresa

O SENGE-RJ participou do seminário “Engenharia nacional, memória técnica e capacitação industrial face à restauração do sistema de bondes de Santa Teresa”, promovido pela Amast, em 26 de setembro, no Rio de Janeiro. Militantes, empresários, parlamentares, engenheiros, técnicos e moradores debateram a valorização da engenharia nacional, tanto da mão-de-obra quanto da elaboração e manutenção de veículos, além da recuperação dos bondes do bairro.

Os convidados foram unânimes na afirmação de que se houver manutenção correta, os bondes tradicionais do bairro podem fazer o transporte de forma segura e eficiente. Mas consideram que se o governo tentar fazer um novo modelo voltado apenas para o turismo,

e privatizar o sistema, haverá prejuízo à população residente e muitos trabalhadores correrão o risco de perderem o emprego.

Descaso com bondes é uma afronta à engenharia nacional, a tradição e a cultura do bairro

O Coordenador da Câmara de Engenharia Elétrica do Crea-RJ e diretor do SENGE-RJ, Luiz Cosenza, falou sobre o abandono do sistema dos bondes por parte do então governo estadual.

O engenheiro também sugeriu uma pauta de informações para a fabricação de bondes modernizados e seguros. “Precisamos encontrar uma solução e apresentar ao governo. Não adianta chamar empresas de fora. Isso é uma afronta à engenharia nacional, ter que ir à Europa pegar soluções por causa de um sistema de bondes”, concluiu.

País tem grande capacidade

Entre os pedidos da população estão os bondes seguros, com mais frequência, silenciosos e a preços acessíveis, conforme falou a presidente da Amast, Elzbieta Mitkiewicz, ao sugerir investimento em companhias nacionais: “Até o ano passado nós tínhamos o bonde centenário e o VLT da T-Trans, que se mostrou desastroso. Mas temos que nos perguntar: será que há fabricantes de bondes no Brasil? Que mudanças técnicas seriam necessárias para ter um bonde seguro?”.

Para Joaquim Rezende, representante da empresa GK Industrial, a indústria nacional é capaz de revitalizar os bondes em suas características originais. Ele ainda informou que a companhia pode viabilizar peças de recuperação dos veículos. “Temos

condições de produzir todas as peças para recuperarmos os bondes tradicionais”, afirmou Joaquim.

O professor doutor em engenharia de transportes, Fernando McDowell, apresentou soluções técnicas para um transporte eficiente nos trilhos de Santa Teresa. Ele citou exemplos de veículos que foram fabricados em outros países e que mesmo assim apresentaram problemas. “Quero chamar atenção para a falta de visão sistêmica nesse país”, considerou.

“Os bondes não precisavam estar parados. Temos o que precisamos na boa engenharia nacional”.

De olho na manutenção

O chefe de Divisão Técnica de Transportes e Logística do Clube de Engenharia, Alcebíades Fonseca, reiterou dizendo que as reformas devem ser bem planejadas e a manutenção deve ser constante. “Os bondes não precisavam estar parados. Temos o que precisamos na boa engenharia nacional”.



Tragédia anunciada tira vidas e destrói tradição e cultura do bairro

Samuel Tosta



Sistema de bondes há tempos apresentava problemas

Projeto Central: uma solução viável

O diretor do Sindicato, Jorge Saraiva, apresenta o Projeto Central, que propõe melhorias no transporte ferroviário do estado do Rio, a partir da circulação de VLT's em regiões da Baixada Fluminense. Segundo o engenheiro mecânico, esse transporte pode beneficiar cerca de um milhão de novos trabalhadores em função do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Comperj, que deve gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Atualmente estes veículos são fabricados por uma empresa brasileira no Ceará.

O Projeto Central também contempla a restauração do serviço de bonde de Santa Teresa, sendo pensado como um sistema. “Portanto, deve ser recuperada a via permanente, a rede aérea, a subestação, a oficina, as estações, para que tenhamos um serviço digno para Santa Teresa”, afirmou Saraiva.

O Projeto Central já foi entregue, junto à CUT, ao Crea-RJ e ao vice-governador Pezão, para discutir a questão dos transportes. Saraiva lembra que no ato de entrega do Projeto, o vice-governador reconheceu que o sistema de transportes do Rio estava falho, mas nada fez para impedir que a administração dos transportes continuasse com o secretário Júlio Lopes.

Para o diretor do Sindicato, devemos cobrar a recuperação dos bondes, pois não podemos aceitar que os ônibus sejam a solução dos transportes em Santa Teresa. O diretor também chama atenção para a fiscalização da aplicação de recursos nos bondes, para que não haja desperdício, como o que aconteceu tanto na reforma quanto da via permanente.



Décimo quarto ainda é pouco

Todo economista é sabedor
Mas só os ricos tentam esconder,
Que para cada trabalhador
Um lucro dobrado eles vão ter,
Até quando os malditos ricos
Farão dos pobres, palhaços
Que não querem só comer
A vida também é lazer
O mínimo que se pode fazer
Para desequilíbrio minimizar,
E o congresso aprovar
O décimo quarto do prazer.

Elson Oliveira é engenheiro eletricista



• Detalhe da apresentação comemorativa dos 20 anos do Coral Gerando Vozes, de Furnas, pela lente do engenheiro Carlos Fonseca

• A coluna “**Engenharia Cultural**” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

FISENGE avança em suas lutas

Cerca de 250 engenheiros e engenheiras, entre delegados, lideranças políticas, autoridades, dirigentes sindicais, estudantes e convidados participaram da 9ª edição do Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), realizado em Porto Velho, Rondônia, de 7 a 10 de setembro. Sociedade, Energia e Meio Ambiente foram os temas centrais do encontro que afirmou, na Carta de Ron-



Nova diretoria da Fisenge, eleita durante o 9º Consenge para o triênio 2011/2014, reelegeu Carlos Bittencourt presidente e conta com 30% de representação feminina

dônia divulgada ao final, o “compromisso de lutar pela apropriação social da energia e de combater as privatizações do setor elétrico que nos obrigam a pagar uma

das mais caras tarifas de energia elétrica do mundo ou qualquer outro processo de privatização que venha a ameaçar a soberania nacional”.

art
GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Panorama das greves

Profissionais de diversas categorias lutam por melhores condições de trabalho, salários dignos e garantia de direitos.

A greve dos bancários terminou este mês e durou 21 dias. A categoria conquistou reajuste de 9% (aumento real de 1,5%), além de outros benefícios. Eles pediam um reajuste de 12,85% para toda a categoria.

Também em outubro, a greve dos correios terminou após 28 dias por decisão do Tribunal Superior do Trabalho, com reajuste de 6,87%. Os trabalhadores pediam um aumento linear de R\$ 200, reposição de inflação de 7,16% e aumento do piso salarial de R\$ 807 para R\$ 1.635.

A greve dos eletricitários, em maio deste ano, resultou no acordo coletivo com reajuste de 6,51% nos salários e nos auxílios alimentação e refeição. A Light teve o acordo fechado em 6,75% e abono de R\$ 1.000.

O problema estrutural da crise econômica mundial

A crise financeira do final da década passada viu os governos dos principais países elaborarem um conjunto de políticas a fim de conter seus efeitos deletérios¹. Em fins de 2008, quando eclodiu o período mais agudo da crise, o G-20 tomou a si o tema da administração da crise, do salvamento do sistema econômico e financeiro que ruía sob um mar de turbulências oriundas da especulação financeira, e da recessão econômica. Desse modo, buscou-se tratar a crise financeira não como resultado de uma conjuntura específica, mas sim como um processo sistêmico e multifacetado. Todavia, essa perspectiva sobre a crise foi se atenuando, senão se apagando, ao longo de 2010.

Em um primeiro momento, sustentou-se uma base ideológica e política para a retomada de uma intervenção mais ativa e coordenada dos Estados Nacionais, buscando nova regulação no sistema financeiro em razão dos desajustes promovidos pelo capitalismo, par-

ticularmente depois das reformas liberalizantes e a desregulamentação, instauradas desde os anos 1980. Todavia, num segundo momento, observou-se que grande parte da ação dos Estados Nacionais se concentrou na recuperação de empresas e instituições financeiras que estavam em dificuldades, de modo a garantir a sobrevivência e a manutenção do capitalismo financeirizado.

Ou seja, embora tivesse sido reconhecida a natureza instável e volátil dos mercados – que foram os responsáveis pela crise – e a necessidade de uma maior participação dos Estados Nacionais para regulá-los, a coalizão de forças existentes naquele momento limitou a atuação do Estado no sentido de garantir a solvência do sistema por meio de grandes aportes de recursos públicos e da ampliação do crédito.

Desse modo, a crise que se configurou nas primeiras semanas de agosto, com forte queda das bolsas de valores, é resultado daquele processo que se

iniciou em 2008, cujas características centrais não foram alteradas. Dessa perspectiva, ficaram mantidos ou quase inalterados os mecanismos da especulação financeira, e novamente fortalecidos os agentes financeiros pelos próprios programas de apoio dos governos por intermédio de políticas de salvamento e de expansão quantitativa da base monetária (no caso de alguns países como os Estados Unidos, adotaram-se taxas de juros muito próximas a zero). Essas políticas, num cenário de crescente redução dos gastos públicos nos países desenvolvidos, não se mostraram capazes de inverter a lógica responsável pela crise de 2008. Isso porque, em primeiro lugar, não houve alterações cruciais do aparato regulatório financeiro e, em segundo lugar, as políticas econômicas não visaram reativar o investimento, a geração de empregos e ampliação da capacidade produtiva.

Nesse sentido, os próximos meses devem representar um período de forte

turbulência nos mercados financeiros, e de retomada das discussões sobre o enfrentamento da crise atual que estiveram bastante avançadas em 2008-2009, mas que refluíram em seguida, conforme os vários agentes econômicos se acomodavam ao novo ambiente da crise e essa tomava um rumo menos agudo, porém mais crônico.

O espaço da disputa pela estruturação de um novo padrão de funcionamento da economia internacional segue aberto, e essa talvez seja a boa notícia. De outro lado, o risco é que a hegemonia hoje parece ainda ser a dos que, saudados do período anterior da hegemonia dos mercados financeiros, seguem buscando recolocar nos trilhos e fazer andar um trem que já não tem para onde ir.

1 - Um dos principais elementos dessa resposta se deu mediante a articulação do chamado G-20, composto por: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e a representação da União Européia.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL EM DEBATE NO SENGE-RJ

Seminário discute cumprimento da lei

No auditório do SENGE-RJ foi realizado, em 21 de setembro, um Seminário que discutiu a atual situação do cumprimento da Lei 4.950-A. A norma garante o direito ao Salário Mínimo profissional (SMP), de seis salários mínimos por seis horas trabalhadas aos diplomados nos cursos de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária. A lei corre o risco de ser alterada a partir da iniciativa do senador Álvaro Dias (PSDB/PR), com o Projeto de Lei 2861/2008, tendo origem com a PLS 227/2005. Representantes do SENGE-RJ, da Fisenge, da FNA, do Sarj e do Sintec estiveram presentes para debater a questão.

Ao dar início ao seminário, o presidente do SENGE-RJ, Olímpio dos Santos considerou a tentativa de alteração um ataque à garantia do piso dos engenheiros. “O Brasil está em crescimento, a

engenharia está trabalhando em benefício do país. Não podemos permitir que os profissionais tenham seus direitos suprimidos”. O presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, concordando com Olímpio, anunciou que as federações vão continuar na defesa pelo SMP.

SENGE-RJ vitorioso em ações do SMP

De acordo com o diretor do SENGE-RJ Paulo Granja, 16 ações coletivas no Sindicato contemplam 1.023 funcionários, além das 80 ações individuais que obtêm maioria de sucesso. “Que cada entidade,



Paulo Granja: os profissionais não podem ter seus direitos suprimidos

em suas bases regionais, consiga fazer essa defesa junto à categoria que representa, e trazer essa categoria mobilizada”, acentuou.

Apoio aos estatutários

O então representante da campanha de Valorização Profissional da Fisenge, Vicente Trindade, propôs uma reflexão sobre o reconhecimento pela sociedade em relação ao valor dos profissionais de engenharia. O engenheiro informou que tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 02/2010), apresentada pelo senador Sadi Cassol (PT-TO). A proposta pretende estender a Lei 4950-A aos engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e veterinários estatutários. Segundo Trindade, há um grupo de discussão, integrado ao Sistema Confea/Crea, em defesa da lei, além de abaixo-assinados para manifestar apoio.

SENGE NAS EMPRESAS

● BANCO DE HORAS

FURNAS negocia com os empregados um acordo anual. Uma das vantagens - para a empresa - é manter o atual e ultrapassado sistema eletrônico de registro de entrada e saída. Um novo sistema, conforme exigido pela resolução 373/11 do MTE, é caro e sua aquisição poderá ser dispensada com a autorização do acordo, conforme artigo 2º desta resolução. A previsão para realização da assembleia dos empregados é novembro.

● PDV

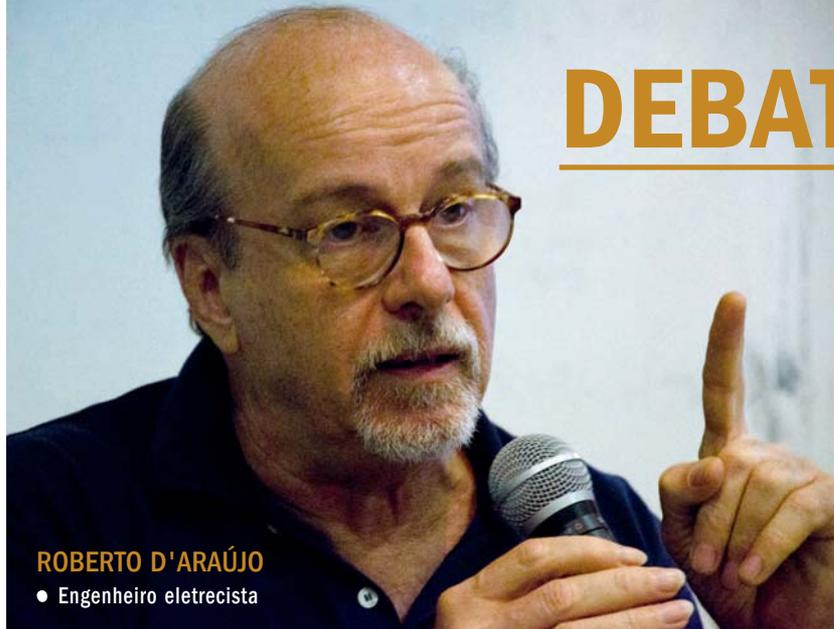
Neste mês de outubro, por conta do PDV, 17 engenheiros de FURNAS vão se aposentar. O plano prevê demissões mensais até agosto/2013.

● BONS VENTOS

Após séria crise institucional, a Caixa de Assistência dos Empregados de FURNAS e ELETRONUCLEAR (CAEFE) tem novo estatuto e novos gestores eleitos pelos empregados, que ocupam os cargos da diretoria executiva, conselhos deliberativo e fiscal.

DEBATE NO SETOR ELÉTRICO

O que deve ser feito com o fim das concessões?



ROBERTO D'ARAÚJO

• Engenheiro eletricitista

“As tarifas brasileiras estão entre as mais altas do mundo”, diz o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Illumina). “Comparada com preços de sistemas com matriz similar, as taxas chegam a ser o dobro”. Para compreender melhor a questão e saber em que implica a renovação das concessões das empresas do setor elétrico brasileiro, o JE entrevistou o engenheiro eletricitista Roberto D'Araújo.

A Organização Não Governamental do setor elétrico considera necessário um amplo diagnóstico dos custos. Para a ONG, o atual modelo para o setor elétrico, o regime tarifário implantado, além do planejamento do setor dentro ou fora da Eletrobras também devem ser debatidos pela sociedade.

O Illumina explica que expõe as parcelas tarifárias indexadas ao IGP-M, o não reconhecimento de custos fixos nas revisões tarifárias, além de custos de transmissão crescentes, aumento do número de encargos, nichos de mistérios de preços no mercado livre, discrepâncias metodológicas entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que resultam em custos extras, entre outras questões.

JE: A redução da tarifa deve ser o principal item para a tomada de decisão?

Roberto d'Araújo: Não. Mas, a questão tarifária é tão evidente que o governo está aceitando o tema apenas nesses termos.

JE: No texto publicado em contraponto à opinião da Fiesp, o Illumina admitiu que as tarifas de energia elétrica seriam as mais altas do país. Por quê? Qual seria o melhor modo de baixá-las?

Roberto d'Araújo: As tarifas brasileiras estão entre as mais altas do mundo. Comparada com preços de sistemas de matriz similar, chegam a ser o dobro. A atual

súbita alteração cambial não altera muito, porque para os anos disponíveis, o câmbio girava no entorno de R\$ 1,80.

Para reduzir as tarifas, seria necessário um amplo diagnóstico dos custos acrescentados desde a reforma de 1995 e da mini-reforma de 2004. As parcelas tarifárias indexadas ao IGP-M, o não reconhecimento de custos fixos nas revisões tarifárias, os custos de transmissão crescentes, o aumento do número de encargos, além dos nichos das discrepâncias metodológicas entre o ONS e EPE, que resultam em custos extras, e outras questões, são algumas causas que parecem esquecidas.

JE: O que pode acontecer com a Eletrobras e suas subsidiárias, a Chesf, Furnas, Eletro nuclear e Eletrosul, caso a opção seja pelo leilão das concessões?

Roberto d'Araújo: Isso resultaria na privatização de seus ativos mais antigos e mais lucrativos, deixando as empresas públicas apenas com os investimentos mais novos e os que foram empurrados goela abaixo pelo governo. Os créditos decorrentes dos saldos de ativos não amortizados poderão ser pagos com títulos do tesouro, o que, na

prática, vai significar a incapacidade financeira das empresas já prejudicadas pelas decisões pós 2003.

JE: A situação de incerteza das atuais concessionárias pode estar prejudicando os investimentos e a confiabilidade do sistema, correto? De que maneira?

Roberto d'Araújo: Sem dúvida está prejudicando, pois as empresas fazem seus investimentos para atender demanda prevista no futuro. É muito difícil planejar numa situação de incertezas. Além disso, temos a deterioração financeira e a já citada fragmentação da gestão do sistema e a política de pessoal que continua expulsando os mais experientes. Tudo isso impacta a confiabilidade do sistema.

JE: Pelo que se noticia, o Governo Federal acha melhor fazer a renovação das concessões com a prorrogação dos contratos, mas sob novas condições, principalmente preços menores, no entanto, há questionamentos de ordem jurídica para isso ser feito. Por que razão e como solucionar?

Roberto d'Araújo: Na realidade, o problema é de ordem constitucional. A carta de 1988 cometeu o grande erro de considerar concessões de potenciais hí-

dricos como se fosse um serviço público como qualquer outro. Isso não corresponde a realidade. Há especificidades dessas concessões não previstas no artigo 175, tal como a longevidade das usinas. Na carta de 88 está plantada a semente da mercantilização da energia, que só aceita o paradigma da concorrência como atuante na defesa do interesse público.

O agravante é que qualquer decisão governamental que divirja da constituição poderá resultar numa batalha judicial de grandes proporções. Acho que precisaríamos de uma emenda constitucional.

Tudo que é baixado por leis comuns pode sofrer questionamentos, até mesmo atos constitucionais. A opinião do Illumina está no final do documento, onde se lê o referencial é este, o interesse público.

JE: Existem outras questões que sejam importantes e também precisam ser consideradas?

Roberto d'Araújo: Outras atribuições do concessionário poderiam ser discutidas nesse momento de fim de concessão. Principalmente as que têm relação com outros usos dos reservatórios e inserção das usinas nas regiões.

Para diretor do SENGE-RJ, segurança no fornecimento de energia também deve entrar em pauta

Segundo o diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson, a questão da redução da tarifa para o consumidor final é importante, mas não é a única a ser considerada. Segundo ele “é preciso analisar também a questão das garantias e da segurança no fornecimento e rever a situação das térmicas que foram incluídas no sistema com preços muito elevados, algumas, inclusive, ficam paradas boa parte do tempo como reserva, mas recebendo por isso”, acentua. Outro problema, conforme

aponta Gerson, está relacionado ao fato de que cada nova usina ou empreendimento passou a fazer com que se constitua uma nova empresa para o seu gerenciamento, “com estrutura própria, o que não ajuda para redução dos custos”, enfatiza. O diretor do SENGE-RJ ainda chama atenção para a necessidade do governo federal definir a questão, “mas ouvindo principalmente as instituições que representam a população consumidora de energia”, finaliza.